



ESTADO DO CEARÁ - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA LIQUIDADADA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 MESES)	
	LIQUIDADADAS (a)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (b)
<b>PODER EXECUTIVO</b>		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>8.660.816.998,71</b>	<b>7.679.644,53</b>
Pessoal Ativo	6.093.760.122,16	21.170,11
Pessoal Inativo	2.040.032.094,20	-
Outras Despesas de Pessoal dec. de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	527.024.782,35	7.658.474,42
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>1.140.542.525,39</b>	<b>-</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	132.065.286,21	-
Despesas de Exercícios Anteriores	41.752.884,37	-
Inativos com Recursos Vinculados	966.724.354,81	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>7.520.274.473,32</b>	<b>7.679.644,53</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>18.229.772.852,82</b>	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	30.066.142,66	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - RCLA (VI)</b>	<b>18.199.706.710,16</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>7.527.954.117,85</b>	<b>41,36%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>8.845.057.461,14</b>	<b>48,60%</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art. 22 da LRF) - 46,17% (95% do Limite Máximo)</b>	<b>8.402.804.588,08</b>	<b>46,17%</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 43,74% (90% do Limite Máximo)</b>	<b>7.960.551.715,02</b>	<b>43,74%</b>

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 29/09/2017 11:58

- Notas:
- 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
    - a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
    - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício.
  - 2: No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;
  - 3: Exclui " Pensionistas" conforme Resolução nº 2230/10-TCE;
  - 4: O Regime Previdenciário está composto pelo Regime Próprio dos Servidores denominado SUPSEC (composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e pelo Sistema de Previdência Parlamentar (FPP);
  - 5: Do total da Despesa Bruta com Pessoal Ativo, R\$ 49.962.397,91 se referem às despesas de Pessoal dos Consórcios de Saúde Pública efetuadas com recursos estaduais.
  - 6: Todos os Consórcios apresentaram prestação de contas do RGF - Gasto com Pessoal de acordo com a Tabela 1.5 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcios Públicos.- Portaria STN nº 274/2016.
  - 7: Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública Geral do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.

LUIZ JARBAS DE MESQUITA  
Coordenador de Administração Fazendária

SECRETÁRIO DA FAZENDA

CONTROLADOR E OUVIDOR-GERAL

CHEFE DO PODER EXECUTIVO